

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.436.178 - RS (2019/0018454-7)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : PORTOCRED SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS : CASSIO MAGALHAES MEDEIROS - RS060702
VANESSA ESCOBAR PRESTES E OUTRO(S) - RS065993
AGRAVADO : EBANO SALLES
ADVOGADOS : CARLOS HENRIQUE MOREIRA BECKER - RS048420
GUILHERME MOSCHINI BECKER - RS066691

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** DECISÃO AGRAVADA QUE NEGA SEGUIMENTO AO APELO NOBRE COM BASE NO ART. 1.030, I, B, DO NCPC. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DA DIVERGÊNCIA. SÚMULA Nº 284 DO STF. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

EBANO SALLES (EBANO) ajuizou ação revisional de contrato contra a PORTOCRED S.A. - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (PORTOCRED).

O juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos, para limitar a taxa de juros à média de mercado e descaracterizar a mora do devedor.

O Tribunal de origem, por sua vez, negou provimento aos recursos de apelação interpostos por ambas as partes em acórdão assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. JUROS REMUNERATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. COMPENSAÇÃO DE VALORES E/OU REPETIÇÃO DO INDÉBITO. SUCUMBÊNCIA. DA APELAÇÃO DE AMBAS AS PARTES. DOS JUROS REMUNERATÓRIOS.

Pactuada taxa de juros em patamar superior ao da média de mercado, cabe a intervenção do Judiciário para revisar dita taxa, adaptando-a à média apurada pelo BACEN no período da

contratação. Revisado o contrato, carece o autor de interesse em recorrer. Apelação da financeira desprovida.

DA APELAÇÃO DO AUTOR DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA REVISÃO JUDICIAL.

Reconhecida na sentença a incidência do Código de Defesa do Consumidor, bem como a possibilidade de revisão do contrato, inexistente interesse recursal no ponto.

DA CAPITALIZAÇÃO. *É permitida a capitalização em periodicidade inferior à anual após a edição da Medida Provisória nº 2.170/2001, desde que expressamente pactuada. Precedentes. Súmulas 539 e 541 do STJ.*

DA APELAÇÃO DA FINANCEIRA. DA DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. *Revisado o encargo no período da normalidade contratual, resta descaracterizada a mora da parte autora, nos termos do REsp. nº 1.061.530/RS.*

DA COMPENSAÇÃO E/OU REPETIÇÃO DO INDÉBITO. *Diante da revisão operada para readequar os juros remuneratórios cobrados, admite-se a compensação de valores e/ou a repetição do indébito.*

DA SUCUMBÊNCIA. *Confirmada. Verba honorária arbitrada em consonância com o trabalho desenvolvido pelos procuradores das partes.*

APELAÇÃO DO AUTOR CONHECIDA EM PARTE E, NESTA, DESPROVIDA. APELAÇÃO DA FINANCEIRA DESPROVIDA. (e-STJ, fls. 142).

Irresignada, a PORTOCRED interpôs recurso especial, fundado na alínea c do permissivo constitucional, apontando divergência jurisprudencial a propósito da impossibilidade de limitação de juros.

O apelo especial não foi admitido na origem sob o fundamento de incidência das Súmulas nºs 7, 83 do STJ e do disposto no art. 1.030, I, b, do NCPC, tendo em vista os temas nºs 24 e 27 (REsp. nº 1.061.530/RS).

A PORTOCRED, então, interpôs o presente agravo renegando a incidência dos aludidos óbices.

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl. 201).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos

recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, não cabe agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput).

A propósito, ilustre-se o seguinte julgado:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO ART. 1.030, I, "b", DO CPC/2015. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO INTERNO NO TRIBUNAL DE ORIGEM.

1. De acordo com o art. 1.030, I, "b", §2º, do CPC/2015, cabe agravo interno contra a decisão que nega seguimento a recurso especial interposto contra acórdão em conformidade com tese firmada em sede de recurso repetitivo. A interposição de agravo em recurso especial constitui falha inescusável que impede a aplicação do princípio da fungibilidade recursal. Precedentes.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp nº 1.153.611/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 1º/12/2017)

A par disso, a PORTOCRED limitou-se a renegar genericamente o conteúdo da decisão agravada, sem impugnar especificamente os óbices sumulares invocados.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Além disso, não tendo a PORTOCRED indicado o dispositivo de lei federal supostamente contrariado pelo Tribunal de origem, ainda que o recurso esteja fundamentado pela alínea c do permissivo constitucional, evidente a deficiência na fundamentação, atraindo a incidência da Súmula nº 284 do STF.

A propósito, destaca-se, por todos, o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALÍNEAS "A" E "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE

DISPOSITIVO LEGAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. (...)

2. Quanto à alínea "c", a ausência de particularização do dispositivo de lei federal a que os acórdãos - recorrido e paradigma - teriam dado interpretação discrepante consubstancia deficiência bastante a inviabilizar a abertura da instância especial, também atraindo a incidência da Súmula n.º 284 do STF.

3. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa.

(AgRg no AREsp n. 675.968/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 17/4/2015.)

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor da PORTOCRED, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.

Advirta-se, ainda, que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts.1.021, § 4º e 1.026, § 2º) e honorários recursais (art. 85, § 11).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator